

continuação

**EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF Nº 04.895.728/0001-80****Movimentação dos processos no período**

	2019		2020			Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Utiliza-ção (1)	Reversão de provisão (2)	Atualiza-ção (3)	
	Cíveis	105.719	18.771	(11.896)	(4.905)	
Fiscais	322	88	-	-	(8)	2.140
Trabalhistas	27.550	2.753	-	(4.967)	(4.212)	21.124
<b>Total</b>	<b>133.591</b>	<b>21.612</b>	<b>(11.896)</b>	<b>(9.880)</b>	<b>(4.415)</b>	<b>129.012</b>

	2018		2019			Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Utiliza-ção (1)	Reversão de provisão (2)	Atualiza-ção (3)	
	Cíveis	73.995	21.970	(18.440)	(10.645)	
Fiscais	-	137	-	-	185	322
Trabalhistas	28.865	6.822	(7.066)	(3.130)	2.059	27.550
Regulatórias	3.217	-	(3.372)	-	155	-
<b>Total</b>	<b>106.077</b>	<b>28.929</b>	<b>(28.878)</b>	<b>(13.775)</b>	<b>41.238</b>	<b>133.591</b>

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas no período; e (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. **Cíveis:** A Companhia figura como ré em 13.757 processos cíveis em 31 de dezembro de 2020 (14.014 processos em 31 de dezembro de 2019), sendo 9.790 tramitam em Juizados Especiais (10.236 processos em 31 de dezembro de 2019), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2020 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 391.902 (R\$ 335.616 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foi constituída provisão. **Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)**

	2020	2019
Falha no fornecimento	24.441	23.042
Morte por eletroplessão	14.716	14.600
Cobrança indevida	10.597	10.458
Fraude questionada	16.872	16.295
Corte indevido	2.073	2.157
Acidente com terceiros	9.763	10.054
Falha no atendimento	3.499	3.053
Quebra de contrato	1.425	2.868
Incêndio	3.747	3.785
Portaria do DNAEE	1.948	1.000
Regulatório	95	83
Outras	16.572	18.324
<b>Total</b>	<b>105.748</b>	<b>105.719</b>

**Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)**

	2020	2019
Falha no fornecimento	36.573	23.087
Morte por eletroplessão	5.522	3.745
Acidente com terceiros	475	470
Quebra de contrato	210.909	204.549
Incêndio	212	212
Cobrança indevida	1.582	1.407
Fraude questionada	11.399	1.400
Corte indevido	127	163
Falha no atendimento	580	303
Regulatório	117.667	92.097
Outras	6.855	8.183
<b>Total</b>	<b>391.901</b>	<b>335.616</b>

**Fiscais:** A Companhia figura como ré em 107 processos fiscais em 31 de dezembro de 2020 (112 processos em 31 de dezembro de 2019) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais. Existem processos fiscais cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2020 avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 21 (R\$ 902 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foi constituída provisão.

**Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)**

	2020	2019
CIP	13	13
Outras	2.127	309
<b>Total</b>	<b>2.140</b>	<b>322</b>

**Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)**

	2020	2019
ISS	2	2
Repasse PIS/COFINS na fatura	-	178
CIP	-	60
Outras	19	662
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>902</b>

**Trabalhistas:** O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2020 é composto por 1.072 reclamações ajuizadas (1.043 reclamações em 31 de dezembro de 2019) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequilíbrio salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dos processos trabalhistas existentes,

constam atualmente 04 (quatro) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 23 (vinte e três) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados. Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2020 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 48.570 (R\$ 50.993 em 31 de dezembro de 2019) para as quais não foi constituída provisão.

**Contingências trabalhista (prognóstico provável de perda)**

	2020	2019
Hora extra	1.392	5.217
Responsabilidade subsidiária	7.010	9.027
Acidente de trabalho	2.737	2.412
Doença ocupacional/profissional	492	1.213
Reintegração no emprego	3.906	3.530
Periculosidade	211	-
Danos morais	2.211	2.247
Outras	3.165	3.904
<b>Total</b>	<b>21.124</b>	<b>27.550</b>

**Contingências trabalhista (prognóstico possível de perda)**

	2020	2019
Hora extra	1.129	1.215
Responsabilidade subsidiária	42.165	44.358
Acidente de trabalho	783	783
Doença ocupacional/profissional	478	622
Reintegração no emprego	315	315
Periculosidade	21	21
Danos morais	1.517	1.517
Outras	2.162	2.162
<b>Total</b>	<b>48.570</b>	<b>50.993</b>

**23. Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial:**

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral. A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A. Em novembro de 2017 a empresa firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano. Em função da matéria, acreditamos que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo. Acreditamos que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

**a) Composição da dívida**

	2020	2019
Circulante		
Intragrupos	3.566	1.428
Credores financeiros (a)	26.708	20.847
Partes relacionadas	378	-
<b>Total circulante</b>	<b>30.652</b>	<b>22.275</b>
Não circulante		
Intragrupos	83.853	83.669
Credores financeiros (a)	1.111.121	1.050.581
Partes relacionadas	13.159	13.538
(-) Ajuste a valor presente (b)	(267.854)	(288.595)
<b>Total não circulante</b>	<b>940.279</b>	<b>859.193</b>

Total valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial **970.931** 881.468

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e (b) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é composto por: R\$ 243.571 de empréstimos e financiamentos, R\$ 20.797 de intragrupos e R\$ 3.486 de partes relacionadas (R\$ 262.391 de empréstimos, financiamentos e R\$ 22.234 de intragrupos e R\$ 3.970 de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019). O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

	2020	
	Valor	%
<b>Vencimento</b>		
Circulante	30.652	3%
2021	-	0%
2022	27.294	3%
2023	25.200	3%
Após 2023	1.155.639	119%
Subtotal	1.208.133	124%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(267.854)	-28%
Não circulante	940.279	97%
<b>Total geral</b>	<b>970.931</b>	<b>100%</b>

continua